



# UMA ANÁLISE SOBRE O DESEMPENHO DOS PRINCIPAIS INDICADORES SOCIAIS E ECONÔMICOS NO BRASIL ENTRE OS ANOS 2000 E 2020

## AN ANALYSIS ON THE PERFORMANCE OF THE MAIN SOCIAL AND ECONOMIC INDICATORS IN BRAZIL BETWEEN 2000 AND 2020

Paula Margarita Andrea Cares Bustamante 1

**Resumo:** O artigo objetiva apresentar os principais conceitos e indicadores relacionados ao desenvolvimento sócio econômico no Brasil entre 2000 e 2020. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica com base nos textos de Souza (2012), Paulani; Braga (2007) que apresentam as teorias de desenvolvimento econômico de diferentes correntes de pensamento; Jannuzzi (2012) e Neri e Souza (2012) discorrem sobre os conceitos de indicadores sociais e econômicos; Oxfam (2017; 2020) analisam o comportamento dos principais índices sociais no Brasil entre 2000 e 2020 e descrevem a importância e limitação dos indicadores sociais. Entre 2000 e 2014, houve a redução das desigualdades sociais e econômicas, no entanto esses indicadores voltaram a piorar devido à instabilidade política e a pandemia do coronavírus.

**Palavras-chave:** Desigualdade Social. Políticas Públicas. Pandemia.

**Abstract:** The article aims to present the main concepts and indicators related to socioeconomic development in Brazil between 2000 and 2020. The methodology used was a bibliographic review based on texts by Souza (2012), Paulani; Braga (2007) who present theories of economic development from different schools of thought; Jannuzzi (2012) and Neri and Souza (2012) discuss the concepts of social and economic indicators; Oxfam (2017; 2020) analyze the behavior of the main social indices in Brazil between 2000 and 2020 and describe the importance and limitations of social indicators. Between 2000 and 2014, there was a reduction in socioeconomic inequalities, however these indicators worsened again due to political instability and the coronavirus pandemic.

**Keywords:** Social Inequality. Public Policy. Pandemic.

---

1 Doutora em Desenvolvimento Social. Professora do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3799192430836057>. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-6227-7011>. E-mail: [Paula.bustamante@unimontes.br](mailto:Paula.bustamante@unimontes.br)



## Introdução

Nas últimas décadas houve avanços significativos em vários indicadores sociais e econômicos brasileiros, como a redução da pobreza extrema e o aumento da parcela da classe média no país, entre 2003 e 2009, houve o incremento de mais de 30 milhões de pessoas na nova classe média (Santos, 2011). Entre 2002 e 2013, o salário mínimo nacional teve um aumento real de 70%, impactando diretamente no poder de compra e qualidade de vida de cerca de 11 milhões de aposentados que recebem um salário mínimo. Quanto ao emprego, entre 2003 e 2010, houve um crescimento de mais de 53% de novos postos formais de empregos (IBGE, 2015). A partir de 2019 o governo tem deixado de implementar políticas sociais, econômicas e ambientais que tiveram um impacto negativos na sociedade brasileira.

À luz dessas considerações este artigo objetiva apresentar os principais conceitos relacionados ao desenvolvimento e verificar como isso tem se dado no Brasil. Especificamente objetiva-se identificar o comportamento dos indicadores sociais e econômicos no país entre 2000 e 2020.

A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica com base nos textos de Souza (2012) e Paulani; Braga (2007) que apresentam as teorias de desenvolvimento econômico de diferentes correntes de pensamento; Jannuzzi (2012) e Neri e Souza (2012) discorrem sobre os conceitos de indicadores sociais e econômicos; Oxfam (2017; 2020) analisam o comportamento dos principais índices sociais no Brasil entre 2000 e 2020 e descrevem a importância e limitação dos indicadores sociais.

Os dados referentes ao PIB - Produto Interno Bruto, IDH - Índice de Desenvolvimento Humano, Gini, e Linha de Pobreza foram extraídos de sítios na internet tais como IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia Estatística, IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e PNUD - Programa das Nações Unidas em prol do Desenvolvimento que busca analisar o desenvolvimento em abrangência mundial, entre outros.

Além desta introdução, na próxima seção serão apresentadas as mais relevantes teorias do desenvolvimento socioeconômico, conceitos e limitações. Na seção seguinte serão conceituadas as principais variáveis que medem a desigualdade social. Posteriormente são apresentados os avanços e desafios sociais alcançados pela sociedade brasileira entre 2000 e 2020. Finalmente serão apresentadas as considerações finais.

## As principais teorias do desenvolvimento socioeconômico: conceitos e limitações

O conceito de desenvolvimento econômico refere-se à capacidade produtiva de um país ou região. O aumento da produção de bens e serviços pode ser logrado por meio de políticas econômicas, como incentivos fiscais e monetários, bem como pela atração de investimentos estrangeiros, e também por meio de políticas sociais como de educação e formação de mão de obra para aumentar a produtividade. O desenvolvimento econômico de um país ou região é comumente medido pelo aumento do Produto Interno Bruto (PIB) e da renda per capita

No entanto, desde o século XVIII existia uma preocupação em tentar mensurar de forma coerente as relações econômicas em determinado período de tempo. Cabe salientar que, nessa época, o pensamento fisiocrático estava fortemente associado à ideia de progresso, produção industrial, padrão de consumo e ao estilo de vida dos países da Europa Ocidental.

Apesar dos autores da economia clássica como Adam Smith (1723-1790), David Ricardo (1772-1823), John Stuart Mill (1806-1873) e Jean Batiste Say (1767-1832) abordarem a temática sobre crescimento econômico e a divisão do produto social, estes limitavam-se em afirmar que o crescimento econômico estava associado basicamente à capacidade de acumulação de riqueza (SEN, 2010).

Durante o século XIX, na Europa, o incipiente sistema capitalista começou a passar por sucessivas crises, com ciclos cada vez mais curtos e mais profundos, que culminaram com na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) que 'colocou uma pá de cal' na perspectiva de progresso contínuo e

retilíneo do capitalismo (ORTEGA, 2008),

Em 1930 ganha destaque a obra de Keynes (1883-1946) intitulada de *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, já que, desenvolve a literatura sobre Sistema de Contas Nacionais onde passa a ser possível medir em nível agregado a riqueza dos países, o que possibilitou a 'comparação' entre países com diferentes graus e estágios de desenvolvimento. Sendo assim a revolução keynesiana:

[...] conferiu aos economistas a capacidade de verificar o comportamento e a evolução da economia de um país numa dimensão sistêmica, ou seja, não só medindo a produção, renda e consumo, mas fazendo isso de modo a perceber exatamente a relação entre esses agregados e a lógica do sistema econômico como um todo. (PAULANI; BRAGA, 2007, p. 4)

Ainda de acordo com Paulani e Braga (2007, p.29):

[...] a necessidade de estabelecer comparações entre os diversos países tem feito a ONU - organismo internacional responsável pela elaboração do *System of National Accounts* (SNA) - divulgar, de tempos em tempos, um conjunto de recomendações, que a maior parte dos países procura seguir, a fim de tornar o mais homogêneo possível esse formato.

Dessa forma a partir de 1940, o PIB (Produto Interno Bruto) e PNB (Produto Nacional Bruto) passaram a ser considerados as principais variáveis econômicas para mensurar o movimento de uma economia em determinado período de tempo e, desde então se inicia um debate na academia sobre o conceito de desenvolvimento econômico. Discute-se se a concepção adequada do conceito de desenvolvimento deve ir além da acumulação de riqueza e do crescimento do PNB e, sobre quais outras variáveis deveriam ser consideradas para o adequado cômputo do PNB.

Ao longo do tempo, ganham destaque economistas neoclássicos como Meade e Solow, autores de inspiração keynesiana como Harrod, Domar e Kaldor e, autores como Lewis, Hirschman, Myrdal e Nurkse que estudaram a realidade dos países subdesenvolvidos. Em 1990, destaca-se Amartya Sen (1999), que contribuiu para a formulação de desenvolvimento social (SOUZA, 1999).

Para Sen (2010, p.29):

[...] o crescimento econômico não pode sensatamente ser considerado um fim em si mesmo. O desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos (...)

Baseando-se na ideia de que a qualidade de vida é dada pela liberdade que o indivíduo tem, entende-se que as pessoas precisam pelo menos ter a possibilidade de levar uma vida longa e saudável, acesso a conhecimento e a oportunidade de desfrutar de um padrão de vida digno. Para o autor o desenvolvimento humano significa alargar as escolhas das pessoas atribuindo maior destaque à riqueza de vidas humanas como saúde e educação e não considerar apenas os aspectos econômicos como nível de renda e acumulação de capital.

Nas palavras de Sen (2010, p. 10-16):

O desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades as pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente. (...) O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação da liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistêmica, negligência das serviços públicos e intolerância ou

interferência excessiva do Estado.

A partir da década de 1990 passa-se a utilizar o conceito de desenvolvimento social que consiste na melhoria da condição de vida da população, isso pode ser mensurado por meio da redução da pobreza, do acesso à saúde, educação e serviços públicos, e também por meio da promoção da igualdade de gênero, diversidade e inclusão social. As políticas sociais, comumente são os programas de transferência de renda, investimentos em infraestrutura social, políticas de inclusão social e promoção da cidadania.

Nesse contexto o desenvolvimento social e econômico pode ser entendido como um processo de melhoria contínua das condições de vida da população, que envolve o crescimento econômico e o avanço social em conjunto, promovendo uma sociedade mais justa e sustentável. Enfim, ao longo do tempo o conceito de desenvolvimento econômico e social se ‘metamorfoseou’, e os indicadores de desenvolvimento passaram a ser classificados em três categorias: econômicos, demográficos e socioculturais (Quadro 1).

**Quadro 1.** Classificação dos indicadores de desenvolvimento

Indicadores	Variáveis
Econômicos	PIB per capita
	Repartição setorial da População Ativa
	Estrutura do Produto
	Consumo de energia/aço/habitantes
	Indicadores do Comércio Externo
Demográficos	Taxa de Natalidade
	Taxa de Mortalidade
	Taxa de Mortalidade Infantil
	Esperança Média de Vida à Nascimento
	Taxa de fecundidade
	Taxa de Emigração
Socioculturais	Taxa de Analfabetismo
	Nº Alunos/Professor
	Nº de anos de escolaridade obrigatória
	Nº Habitantes/Médico
	Nº Habitantes/Cama de Hospital
	Nº jornais diários/1.000 habitantes
	Nº TV/1.000 habitantes
	Nº automóveis/1.000 habitantes
Proteínas/habitantes	

**Fonte:** EconomiAx (2016).

O Quadro 1 apresenta as variáveis e indicadores que geralmente são utilizados para analisar o desenvolvimento socioeconômico de um país ou região, considera-se a riqueza disponível, distribuição de pessoas no mercado de trabalho e condições de saúde a relação com o exterior. Considera-se ainda, outros condicionantes como número de televisores e automóveis a cada mil habitantes até o número consumido de proteínas por habitante. Isso mostra a complexidade de se estabelecer patamares de desenvolvimento para um país e mais ainda construir indicadores que abranjam ou pelo menos reflitam esses fatores.

## Conceituando as principais variáveis que medem a desigualdade social

De acordo com Jannuzzi (2012), os conceitos sobre indicadores sociais tiveram origem nas décadas de 1920 e 1930, no entanto ganharam destaque e robustez científica em meados da década

de 1960, quando passou-se a estudar o impacto de políticas sociais nas sociedades desenvolvidas e subdesenvolvidas, haja vista que, o conceito de PIB per capita era insuficiente e, não conseguia captar o bem-estar social dos países.

Nesse contexto, instituições multilaterais como Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização Mundial da Saúde (OMS), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), empreenderam em um esforço conceitual e metodológico para a construção de instrumentos de mensuração do bem-estar social, bem como a compreensão dos processos de mudanças sociais. Tal esforço culminou com a publicação dos livros *Social Indicators Toward a Social Report*, que representam o ‘divisor de águas’ na literatura sobre Sistemas de Indicadores Sociais (JANNUZZI, 2012).

Os indicadores sociais buscam quantificar a complexa realidade de uma localidade e, apesar de fornecerem bases para análises, por si só não são suficientes para descrever o nível de desenvolvimento de uma região, os indicadores encontrados devem ser analisados juntamente com arcabouço teórico adequado às especificidades locais. Haja vista que, os cientistas sociais deparam-se com aspectos que não podem ser quantificados ou de difícil mensuração, que acabam não sendo expressos no índice. No entanto, ainda assim, os indicadores possibilitam mensurar as condições de vida e do bem-estar da população sendo utilizados, em grande medida, para a formulação de políticas públicas nas diferentes esferas do governo.

Cabe ressaltar que os indicadores são estimativas amostrais que se referem à população ou a grupos sócio demográficos específicos e, são expressos como taxas, proporções, médias, índices, distribuição por classes ou por cifras absolutas (JANNUZZI, 2012).

Os indicadores sociais mais utilizados para medir a desigualdade e a qualidade de vida de uma região são a Renda per capita, Índice de Gini, IDH e a linha da pobreza (Quadro 2).

**Quadro 2.** Síntese dos conceitos dos principais indicadores sociais utilizados como medida de desigualdade social

Indicadores	Conceito	Índices (variação)
Renda per capita	É o produto agregado de um país, dividido pela população. Indica o nível de renda da população.	País em desenvolvimento – US\$ 10 mil (renda média) País desenvolvido - US\$ 30mil (renda média)
Gini	Mede o grau de concentração de renda de uma determinada localidade	Varia de 0 a 1, quanto mais próximo de 1, maior é a concentração da renda.
IDH	Objetiva avaliar a qualidade de vida nos países.	Varia de 0 a 1. 0 – 0,5 – baixo desenvolvimento humano. 0,5 – 0,8 – médio desenvolvimento humano. 0,8 – 1 – alto desenvolvimento humano.
Linha da Pobreza	Indica o mínimo de renda que um habitante deve possuir para satisfazer suas necessidades básicas	US\$ 1,90 e US\$ 5,50 por dia, por pessoa.

**Fonte:** Elaborado pela autora com base nos dados do IPEA, PNUD, Atlas Brasil (2017), IBGE (2023).

Sendo assim, a renda per capita mostra o nível de renda da população de um país e por esse motivo é considerado um indicador qualitativamente superior ao PIB. De acordo com o Bando Mundial (2017) no ano de 2014 o PIB per capita do brasileiro foi cerca de US\$ 12 mil por ano, o que

deveria indicar que a população brasileira possui condições mínimas de qualidade de vida, apesar de distante dos padrões praticados nos países desenvolvidos, haja vista que, nesse mesmo ano a renda per capita de um japonês foi de pouco mais de US\$ 38 mil.

Cabe salientar que, o indicador em questão é uma média e não informa sobre como a riqueza é verdadeiramente distribuída na sociedade, sendo assim a renda per capita é um indicador insuficiente para descrever o estágio de desenvolvimento socioeconômico de uma determinada localidade. Outro aspecto que deve ser considerado ao utilizar o índice de renda per capita é que para análises de comparações internacionais são necessários ajustes para refletir as diferenças do poder de compra em cada país e eliminar o efeito da variação brusca das taxas de câmbio (JANNUZZI, 2012).

O índice de Gini mede o grau de concentração de renda de uma localidade, para tanto divide a sociedade em cinco estratos onde cada estrato corresponde à 20% da população e, com base nisso mede a parcela da renda acumulada por cada um desses estratos. Esse índice varia de zero a um e, quanto mais próximo de um pior é a concentração de renda em determinada localidade.

O IDH foi idealizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) e é publicado nos Relatórios do Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. O IDH é calculado desde o início da década de 1990 em mais de 170 países e, objetiva ponderar o índice renda per capita com indicadores sociais para avaliar a qualidade de vida nos países (PAULANI; BRAGA, 2007).

O IDH considera para o seu cálculo três indicadores: a) renda per capita (renda medida em US\$ para refletir a paridade do poder de comprar em nível internacional), b) saúde (índice de esperança de vida ao nascer) e, c) educação (média ponderado de outros dois indicadores, a taxa de alfabetização de adultos e a taxa de escolaridade nos níveis primário, secundário e superior). O IDH varia entre zero e um, se o índice ficar entre 0 e 0,5 indica baixo desenvolvimento de um país, se o índice ficar entre 0,5 e 0,8 indica médio desenvolvimento de um país e, se o índice ficar entre 0,8 e 1 indica alto desenvolvimento de um país.

Cabe salientar que o IDH representa um avanço na análise socioeconômica, no entanto não esgota a questão, haja vista que importantes variáveis sociais ainda permanecem excluídas de exames mais sofisticados como o índice de desemprego por exemplo, já que, quando o cidadão perde o emprego apenas as questões monetárias e materiais são levadas em conta. Mas ainda não são mensuradas questões relacionadas ao bem-estar, ociosidade e falta de perspectiva do trabalhador.

No que tange aos indicadores socioeconômicos brasileiros Paulani; Braga (2007, p.276) afirmam que:

(...) tem-se beneficiado enormemente dos trabalhos realizados pelo Ipea, em conjunto com o IBGE e a Fundação João Pinheiro, sob os auspícios do próprio PNUD. Essas pesquisas reunidas em relatórios como o *Desenvolvimento Humano e Condições de Vida: Indicadores Brasileiros* ou ainda o *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*, buscam adaptar a metodologia utilizada no cálculo do IDH (...), além de calcular também o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM e o Índice de Condições de Vida – ICV (...)

Por fim, a Linha de pobreza estabelece uma renda diária mínima para identificar as pessoas em extrema pobreza, na literatura não há um consenso quanto ao valor monetário dessa renda, já que, em grande medida isso depende do custo de vida e das especificidades da população que varia de região para região. O Banco Mundial utiliza o parâmetro de US\$1,90 para mensurar a extrema pobreza e US\$ 5,50 para medir a pobreza, em termos de Poder de Paridade de Compra.

Existem diferentes metodologias para calcular o índice linha da pobreza, mas em geral, ele é definido como o valor mínimo necessário para satisfazer as necessidades básicas de uma pessoa ou família, como alimentação, habitação, saúde, educação e transporte.

No Brasil, devido a sua popularidade e simplicidade, a linha de pobreza é normalmente estabelecida em  $\frac{1}{2}$  salário mínimo da renda familiar *per capita*. Para recebimento de benefícios sociais o governo considera em situação de pobreza e extrema pobreza, famílias caracterizadas pela

renda familiar mensal per capita de até R\$ 170,00 e de R\$ 85,00, respectivamente<sup>1</sup>. No contexto da pandemia, da crise sanitária de Covid-19, o governo federal implementou o Auxílio Emergencial, isso contribuiu para a manutenção da renda da população em situação de pobreza e extrema pobreza em 2020.

## Resultados alcançados

Entre 2000 e 2020 a renda média do Brasil aumentou, haja vista que, o PIB *per capita* passou de R\$ 7.909,26 para cerca de R\$ 35.935,69, o que pode sugerir que o crescimento econômico foi maior que o aumento da população. Esse fato foi acompanhado de uma significativa redução de pessoas em situação de extrema pobreza, que passaram de 15,19% da população em 2001, para 5.7% em 2020 (Quadro 3).

**Quadro 3.** Comportamento dos principais indicadores socioeconômicos no Brasil entre de 2000 e 2020

Indicadores	2000	2004	2014	2020
PIB per capita (R\$)	7.909,26	8.343,88	24.065,00	35.935,69
Índice de Gini	0.596 *	0.572	0.497	0.524
IDH	0.683	0.792	0.755	0.765
Linha da pobreza	15.19% *	13.22%	4.20%	5.7%

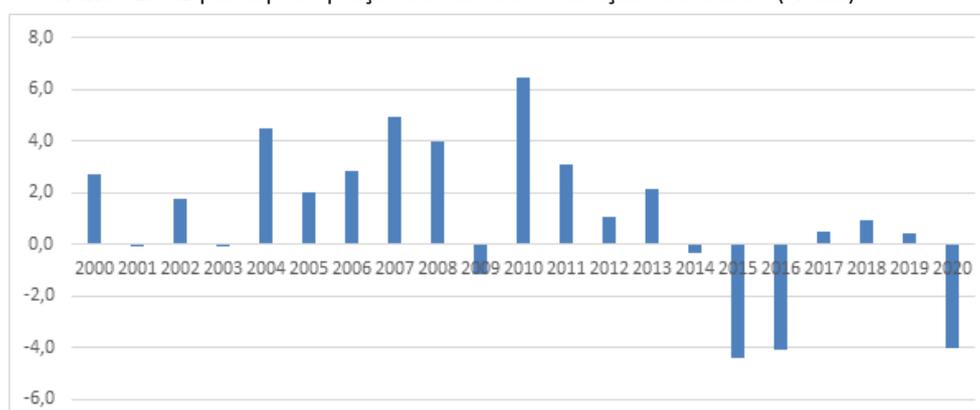
\*Dados do ano 2001.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos do IBGE, IPEA e PNUD – 2023.

Observa-se no Gráfico 1 que o PIB per capita do Brasil no período de 2000 para 2010 teve uma evolução significativa, isso em grande medida pode ser explicado, pela estabilidade dos preços, pelo aumento real do salário mínimo, pela formalização do mercado de trabalho e, pelo aumento do gasto social em educação e em programas de transferência direta de recursos. Já no período de 2010 para 2014 verificou-se uma redução da renda medida pela variação real do PIB per capita. Esse aspecto em parte é explicado pela redução da atividade econômica e pela persistência de desafios estruturais ligados à redistribuição de renda e riqueza no País (OXFAM, 2017).

Ainda de acordo com o Gráfico 1 observa-se que a partir de 2015 há uma acentuada queda da renda per capita da população brasileira que, em grande medida é explicada pela retração do PIB devido à instabilidade política gerada pelo processo de *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff. Em 2020, o PIB do Brasil registrou uma queda de 4,1% em relação ao ano anterior, devido principalmente aos impactos da pandemia de COVID-19 e o PIB per capita teve uma redução de 4%.

**Gráfico 1.** PIB per capita - preços de mercado - variação real anual - (% a.a.)



Fonte: IBGE, 2023.

<sup>1</sup> Decreto nº 8.794, de 29 de junho de 2016 – valores monetários referentes ao ano de 2016.

No Quadro 3 observa-se que o coeficiente de Gini apresentou redução entre 2000 e 2004, nos quatro primeiros anos, 0,596 em 2000, para 0,572 em 2004. E, nos dez anos seguintes, o coeficiente diminuiu em 13%. A redução de desigualdades e a melhoria desse índice implica em menores as taxas de mortalidade infantil e maior a expectativa de vida ao nascer, tais aspectos podem ser resultado do aumento do acesso a direitos básicos e maior oferta de serviços essenciais como acesso à água encanada e energia elétrica bem como assistência médica. Entre o ano de 2019 e 2020, devido, fortemente, aos programas de benefício social, houve uma queda de 3,7% (de 0,544 para 0,524) no índice de Gini.

Entre 2000 e 2020 verifica-se uma melhora no IDH do país, ou seja, ocorreram melhorias não apenas quantitativas como aumento da renda per capita, mas, também melhorias qualitativas expressas nesse índice como aumento do número de matrículas em todos os níveis de escolaridade bem como melhoria nas condições de vida da população que culminaram em uma maior longevidade.

À luz dessas considerações Oxfam (2017) destaca que o aumento da renda da população de baixa renda não tem sido suficiente para reduzir a enorme desigualdade que persiste na sociedade brasileira, visto que entre 2001 e 2015, os 10% mais ricos se apropriaram de 61% do crescimento econômico, enquanto a fatia dos 50% mais pobres foi de 18%. Neste mesmo período, a concentração de renda no 1% se manteve estável, no patamar de 22 a 25%, bem como a participação na renda dos 40% mais pobres da população.

De acordo com o relatório do Oxfam (2017) a melhoria dos indicadores sociais entre 2000 e 2014 são reflexos de mudanças estruturais na sociedade brasileira como crescimento econômico, inclusão da mulher no mercado de trabalho, políticas federais de redistribuição de recursos para a oferta de infraestrutura básica e a consolidação da democracia. Cabe salientar que essa conjuntura, apesar de manter o *status quo*, contribuiu para a retirada do Brasil do mapa da fome da ONU, em 2015.

De 2000 para 2014, as proporções da população na extrema pobreza, no Brasil, recuaram, respectivamente, de 15,9% para 4,2% da população. Em 2020, considerando-se a linha de extrema pobreza do Banco Mundial (renda de US\$1,90/dia, ou R\$155 mensais *per capita*), no país havia 12 milhões de pessoas (5,7% da população) nessa situação. No entanto, de acordo com os critérios adotados em programas sociais do Governo Federal como o Benefício de Prestação Continuada (R\$ 261 *per capita*), havia 22 milhões de pessoas, ou seja, 10,5% da população vivendo em situação de extrema pobreza. Cabe salientar que, em 2020, 7,3 milhões de pessoas (3,5% da população) viviam com rendimento mensal *per capita* de até R\$ 89, abaixo da linha de pobreza extrema do Bolsa Família.

Em 2020, devido a pandemia de coronavírus, houve um aumento na concessão de programas sociais, esse aspecto favoreceu o comportamento do indicador de extrema pobreza que reduziu de 6,8% em 2019 para 5,7% em 2020.

No entanto em 2021, cerca de 17,9 milhões (ou 8,4% da população) estavam vivendo na extrema pobreza, ou seja, entre 2020 e 2021 houve aumento de 48,2% do número de pessoa vivendo nessa condição, 5,8 milhões de brasileiros a mais.

De acordo com os dados do IBGE (2023), em 2021, esse grupo caracterizava-se por: a) conter uma elevada participação de crianças menores de 14 anos de idade; b) a proporção de pessoas pretas e pardas vivendo abaixo da linha de pobreza (37,7%) é praticamente o dobro da proporção de brancos (18,6%); c) elevado o percentual de jovens de 15 a 29 anos e idosos; d) cerca de 63% das pessoas que vivem em domicílios chefiados por mulheres sem cônjuge e com filhos menores de 14 anos estavam abaixo da linha de pobreza; e e) a maior parte dessas pessoas estão localizadas nas regiões Nordeste e Norte do país.

O aumento da pobreza no Brasil a partir de 2020 não pode ser explicado apenas pelos impactos impostos pela pandemia de coronavírus, é reflexo também das políticas econômicas e sociais adotadas pelo governo que culminaram na queda do PIB em 4,1% em relação ao ano anterior, aumento da inflação e da taxa de desemprego que atingiu 13,8% da população em 2020.

## Considerações Finais

O desenvolvimento social e econômico significa alargar as escolhas humanas atribuindo maior destaque à riqueza das vidas e não simplesmente à riqueza das economias. Nesse contexto, observou-se que o crescimento econômico entre 2000 e 2014, juntamente com a redução das desigualdades de renda, favoreceu a melhoria das condições de vida da população brasileira. Nesse período, o país não só conseguiu crescer economicamente, mas conseguiu reduzir a desigualdade de renda e permitiu que milhares de pessoas deixassem a pobreza extrema.

Entre 2000 e 2014, a melhoria nos indicadores sociais e econômicos do país, em certa medida é reflexo, das políticas públicas que vislumbraram a redução da pobreza por meio de programas de transferência de renda que buscavam impulsionar o crescimento econômico e a geração de empregos com carteira assinada.

Observou-se ainda que, entre 2000 e 2014, apesar da melhora dos indicadores sociais e econômicos, houve a manutenção do *status quo*, no que tange a grande desigualdade social que ainda assola o país, ou seja, as políticas públicas realizadas nesse período apenas minimizaram a pobreza e a indigência necessários para a reprodução das relações capitalistas.

Ressalta-se ainda que, após o processo de *impeachment* em 2016, a democracia brasileira foi fortemente comprometida, muitas conquistas sociais foram perdidas e houve a piora dos indicadores sociais e econômicos como a queda do PIB, o aumento da inflação, do número de desempregados e de pessoas vivendo em situação de extrema pobreza, bem como a volta do Brasil ao mapa da fome da ONU em 2017. Com o advento da pandemia de coronavírus, todos esses indicadores pioraram fortemente.

Por fim, conclui-se que o combate à desigualdade social além de reduzir a violência urbana e rural, também pode contribuir para o fortalecimento da democracia, haja vista que, a desigualdade favorece a interferência indevida de elites na definição de políticas que em grande medida procuram favorecer o grande capital industrial e financeiro em detrimento do bem-estar sociedade como um todo.

## Referências

BARROS, Alexandre Rands. **Desigualdades Regionais no Brasil: Natureza e causas**. Elsevier Editora; Rio de Janeiro, 2011.

**Cartilha Vozes da Classe Média** (2012). [http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/comunicado/120925\\_comunicadodoipea155\\_v5.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/comunicado/120925_comunicadodoipea155_v5.pdf). Acesso em 22/03/17.

**ECONOMIAX**. Acesso em abril de 2019. Disponível em: <http://economix.blogspot.com.br/2009/10/crescimento-e-desenvolvimento-economico.html>

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOPGRAFIA E ESTATÍSTICA. <https://www.ibge.gov.br/>. Vários acessos (2023).

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda: inflação e deflação**. 2ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985 (Os economistas).

NERI, Marcelo Côrtes; SOUZA, Pedro Herculano Cavalcanti Ferreira de. (Baseado). **A Década Inclusiva (2001-2011): Desigualdade, Pobreza e Políticas de Renda**. Ipea. 2012.

OXFAN. **A distância que nos une: um relatório das desigualdades brasileiras**. 2017.

PAULANI, Leda Maria; BRAGA, Márcio Bibik. **A nova contabilidade social: uma introdução à macroeconomia**. 3ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

SOUSA, Jessé. **Os batalhadores Brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** 2. Ed. Ver e ampl. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

SOUSA, Nilson Araújo. **Economia Brasileira Contemporânea: de Getúlio a Lula**. 2° ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Recebido em 17 de setembro de 2019.

Aceito em 19 de dezembro de 2022.